

EJA Interventiva a partir da visão de Professores Atuantes nesta modalidade de Ensino

Interventive EYA from the point of view of Active Teachers in this teaching modality

Daianny de Souza Mota

PPGEduC – UnB
dmsouzabio@gmail.com

Gerson de Souza Mól

Universidade de Brasília - UnB
gersonmol@gmail.com

Juliana Eugênia Caixeta

Universidade de Brasília - UnB
eugenia45@hotmail.com

Mauritânia Lino de Oliveira

PPGEduC – UnB e SEEDF
tania.lino@gmail.com

Fabíola Gonzaga de Freitas

Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral – SEEDF
fabiola.gonzaga@edu.se.df.gov.br

Resumo

Neste trabalho, discutimos a Educação de Jovens e Adultos Interventiva – EJAI, uma forma de atendimento educacional, reconhecida como interface da Educação de Jovens e Adultos – EJA com a Educação Especial, proposta pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal – SEEDF, com intuito de atender alunos com deficiência intelectual e autismo com grande defasagem da idade com o ano escolar. Apresentamos uma pesquisa de abordagem qualitativa e para a interpretação dos dados fizemos uso da Pesquisa Exploratória interpretando as informações obtidas por meio de um questionário aplicado por servidores da Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral aos professores atuantes na EJAI. Buscamos conhecer a visão dos professores com relação a este atendimento educacional. Os resultados revelaram sugestões de aprimoramentos coerentes para a obtenção de melhores efeitos nas turmas de EJA Interventiva, apontando a divulgação deste atendimento, a reflexão orientada, cursos específicos, entre outros fatores como possibilidades relevantes para aprimoramento da oferta de EJAI.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos, educação especial, inclusão

Abstract

In this article, we discuss the Interventive Young and Adult Education – IYAE, a form of educational service, known as interface of the Young and Adult Education and Special Education, developed by the State Department of Education of the Federal District (SDEFDF), in order to serve students with intellectual disabilities and autism in nonconformity between the age and school year. We present research of qualitative approach and for interpretation of data, we used Exploratory Research, interpreting the information obtained through a questionnaire applied by servers of undersecretary of Inclusive and Integral Education to teachers working in the IYAE. We seek to know the view of teachers in relation to the educational service. The results revealed suggestions for coherent improvements to obtain better effects in the interventionist YAE classes, pointing out the dissemination of the service, guided reflection, specific courses, among other factors as relevant possibilities for improving the offer of IYAE.

Key words: interventionist yae, special education, students

EJA Interventiva e as Políticas Públicas de Educação

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é destacada como sendo uma modalidade de ensino que transcorre pelas etapas da Educação Básica. Segundo destaca Araújo e Martins (2019), a EJA é uma modalidade educacional que visa garantir o direito à educação, buscando proporcionar a oportunidade de melhorias para sua escolaridade, sendo esta uma modalidade da Educação Básica voltada a jovens e adultos que não tiveram oportunidade e acesso aos estudos na idade apropriada. As mesmas autoras ainda destacam que a modalidade mencionada vem obtendo maior visibilidade no meio educacional, sendo relevante não só como espaço de sociabilidade, mas também na socialização e promoção do conhecimento.

Barcelos (2015) afirma que conhecer quem são os alunos da EJA, suas necessidades bem como seus desafios e necessidades é o primeiro passo a ser almejado pelo professor que se proponha a ensinar jovens e adultos, sendo primordial o conhecimento de quem são os alunos e do que precisam, compreendendo suas trajetórias de vida bem como as fases escolares.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos (2021), a educação de alunos jovens e adultos do Distrito Federal – DF é almejada há tempos por uma proposta político-pedagógica a qual vislumbre suas necessidades, fazendo assim referência às pessoas que anseiam poder usufruir de seu direito à educação, seja qual for o momento de suas vidas, por meio do regresso ao ambiente escolar. Segundo Barbosa e Franco (2020), a EJAI é destacada como uma interface da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Especial, a qual integra as políticas educacionais para inclusão no Distrito Federal.

Sobre a Educação Especial voltada aos educandos jovens e adultos com deficiência, Barbosa e Franco (2020) afirmam que tanto a Educação Especial, destinada aos educandos com deficiência, quanto a Educação de Jovens e Adultos – EJA, modalidade que é a representação viva da complexidade, diversidade e pluralidade da sociedade, são duas modalidades educacionais que visam o processo de inclusão.

No entanto, sabemos que mesmo em meio à complexidade, o direito à educação é previsto na legislação nacional, conforme disposto no art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), como um direito de todos, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), estabelece a orientação dos sistemas de ensino para a garantia do acesso do público-alvo da Educação Especial ao ensino regular, desde a Educação Infantil até a Educação Superior, entre outras ações em busca de um ensino mais inclusivo.

Concordando com as políticas públicas voltadas para educação inclusiva, destacam as autoras Barbosa e Franco (2020) que, no intuito de garantir aos estudantes com deficiência e autismo que se encontravam em defasagem idade-série, o acesso, a permanência e o convívio no meio educacional, a partir do ano de 2010 na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, foi criado o Projeto Interventivo de Educação de Jovens e Adultos denominado de “EJA Interventiva 1º segmento”. Em continuidade, em 2011, foi proposto por escolas que já ofertavam o Projeto EJA Interventiva 1º segmento, a criação 2º Segmento com base nas ações positivas no atendimento de alunos com deficiência intelectual e autismo.

Segundo Barbosa e Franco (2017), Rêses e Martins (2017), apud Cruz (2020), no ano de 2014, foi incluído a EJA Interventiva junto ao documento de Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017 (DISTRITO FEDERAL, 2014) como sendo uma probabilidade de oferta de turmas diferenciadas na modalidade EJA. De acordo com a segunda versão das Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos do ano de 2021, a proposta da EJA Interventiva é a oferta de turmas da EJA, de 1º e 2º segmentos, específicas para estudantes com deficiências e transtornos do Espectro Autista – TEA e/ou deficiência intelectual, com ou sem associação de outras deficiências. As turmas de EJA Interventiva da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal são ofertadas para estudantes com idade a partir de 15 anos completos provenientes de Centros de Ensino Especial, bem como de classes inclusivas de escolas regulares, com vistas à inclusão no mundo do trabalho.

De acordo com Sampaio (2020), as turmas da EJA Interventiva são constituídas por alunos que não conseguiram se adaptar às salas escolares regulares ou que não apresentaram desenvolvimento acadêmico e social esperado para a idade/série. Diante do exposto, o objetivo estabelecido para essa pesquisa foi analisar a visão dos docentes atuantes nessa modalidade com relação às mudanças que podem ser feitas para o desempenho mais eficiente da EJA Interventiva.

O contexto educacional a ser estudado foi definido a partir da necessidade de melhor compreensão deste atendimento que visa a inclusão, além de estudos, como os dos autores Campos e Duarte (2011), Fantacini e Campos (2017), que indicam a necessidade de espaços inclusivos que acolham de alunos com deficiência intelectual e autismo. Além disso, é importante que se apresentem ações efetivas e que sejam incentivadas pesquisas que aumentem a compreensão e a eficiência desses espaços escolares inclusivos. Nesse sentido, o objetivo de nossa pesquisa foi analisar e apresentar sugestões de melhorias para a Educação de Jovens e Adultos interventiva – EJAI, a partir de personagens que atuam nessa modalidade de ensino.

História da Educação Especial Inclusiva no Brasil

A educação escolar visa formar cidadãos críticos e capazes de mudar a sociedade. No entanto, nem sempre a escola tem conseguido desempenhar seu papel de inclusão de forma adequada e

eficaz, pois, ainda que a inclusão escolar seja uma necessidade prevista em lei, muitas são as necessidades de melhorias e adaptações para que se tenha um ensino que busque incluir ao invés de excluir ou, meramente, inserir.

Segundo Paraná (2010), a temática inclusão é uma questão que permeia diversas discussões e debates em nosso meio social e, principalmente, meio educacional. Segundo ele, atualmente se vive um momento em que o respeito à garantia dos direitos, sejam econômicos, sociais, religiosos e outros relacionado às diversidades, além da participação social em todas as esferas, tem tornado bandeira de lutas por uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, a inclusão passou a estar mais em foco na nossa sociedade a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que prevê educação para todos. Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) determina que a Educação Especial como uma modalidade de Educação Escolar deve ser oferecida preferencialmente na Rede Regular de Ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Mais tarde, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 dispôs que, além de ser garantida a oferta de Educação Especial, é preciso que ela seja inclusiva. Assim, as escolas precisam dispor de recursos para atender e promover a educação de qualidade para este público em específico, sem distinções aos demais alunos.

Partindo desses pressupostos, buscamos tomar, neste estudo, o maior conhecimento com relação a visão docente das melhorias que podem ocorrer na modalidade educacional: Educação Especial destinada aos educandos com deficiência e a Educação de Jovens e Adultos – EJA), que visa o processo de inclusão.

Percurso Metodológico

Como caminho metodológico optamos pela pesquisa exploratória, em razão do objeto da pesquisa ter como um foco um questionário aplicado pela Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEBF). Para Piovesan e Temporini (1995), a pesquisa exploratória coopera para o melhor conhecimento das características da população, possibilitando a identificação de categorias de modo adequado.

Para a realização da pesquisa, analisamos as respostas a um questionário contendo 30 perguntas, composto por oito sessões: Identificação pessoal; Formação acadêmica geral; Experiência Profissional em EJA Interventiva; Experiência profissional em educação especial; Prática Pedagógica; Perfil dos estudantes; Perfil da turma; e Considerações sobre atuação profissional na EJA Interventiva. O questionário foi aplicado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF aos professores atuantes na EJAI, sendo que 84 deles responderam ao questionário.

Dentre as trinta questões que permitem uma ampla avaliação do contexto, optamos, nesse momento, pela análise de uma delas, pertencente à parte VIII, relacionada às considerações dos professores em relação a atuação profissional na EJA Interventiva. A escolha por esta questão se deu por essa ter sido uma pergunta aberta e que teve o maior número de respostas entre os professores participantes. Quarenta e um, dos oitenta e quatro professores participantes, apresentaram sugestões, sendo esse fato, considerado extremamente relevante.

A análise dos dados foi realizada com base na proposta de Bardin (2016), seguindo as fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

No primeiro momento, a pré-análise, foi realizada a leitura de todas as respostas e escolhemos qual questão seria foco de nossa análise e discussão neste trabalho. A maior participação dos docentes entrevistados foi na questão “Deixe aqui seu registro de sugestões para aprimoramento da oferta de EJA Interventiva”. Portanto, nesta análise, consideramos as sugestões apresentadas pelos docentes em relação ao aprimoramento da oferta da EJA Interventiva. As sugestões foram interpretadas, classificadas e organizadas em categorias. A análise dessas sugestões apresentadas pelos professores será apresentada a seguir.

Resultados

Com a finalidade de conhecer a visão dos docentes quanto ao aprimoramento da EJA Interventiva, analisar as respostas à questão vinte e nove do questionário aplicado pela SEEDF. Dessas respostas, surgiram as seguintes categorias: I) Diretrizes curriculares específicas da EJA Interventiva; II) Aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na EJA Interventiva; III) Inserção no Mercado de Trabalho; IV) Divulgação e Maiores parcerias; V) Infraestrutura e Ampliação.

I. Diretriz curricular específica da EJA Interventiva

De acordo com a análise das respostas dos docentes participantes, vários mencionam questões relativas ao aprimoramento da oferta EJA Interventiva. Dentre essas falas, destacamos:

P1: Organização de uma diretriz curricular específica da EJA Interventiva, na interface EJA e Educação Especial.

P3: Seria Interessante que alguns grupos de professores da EJA Interventiva pudessem se encontrar para uma reflexão orientando um documento dialogado para organização e aprimoramento.

P8: Diminuição de estudantes na estratégia de matrícula para no máximo 10. Verificar se realmente o caso é para interventiva ou a escola de origem apenas quer transferir um problema.

P10: Encaminhamento direto dos estudantes do centro de ensino especial para turmas de EJA Interventiva após estudo de caso. Não estipular tempo máximo de permanência em um segmento específico.

Conforme escritos de Terra e Gomes (2015), a inclusão escolar é uma proposta que é fortemente realçada por meio das diretrizes e normas nacionais e internacionais, as quais impulsionaram nos últimos tempos um dos maiores movimentos no meio educacional e social e que vem exigindo mudanças no modo de compreensão e estruturação de alguns setores sociais. Nesse sentido, nota-se que muito já foi feito. No entanto, percebemos que ainda há um caminho a ser percorrido. Por se tratar de uma modalidade de ensino ainda recente, como é o caso da EJA Interventiva, a criação de diretrizes curriculares específicas ainda faz parte de um objetivo a ser alcançado para que proporcione ações mais coerentes para esse modelo educacional.

II) Aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na EJA Interventiva

Nessa outra categoria, destacamos as falas e percepções dos docentes atuantes com relação a sua própria capacitação para atuação na modalidade. Para tanto, os professores destacam os seguintes tópicos:

P.7: Os professores devem ser ouvidos. Sejam eles contratos ou efetivos;

P.21: Cursos preparatórios aos temporários;

P.23: Capacitar mais professores para atuarem na Interventiva em todas as disciplinas da área específica;

P.27: Cursos anteriores ou no início do ano letivo para nortear ou capacitar melhor os professores que estão começando a atuar nessa área, seja com possibilidades didáticas ou seja com conhecimentos breve das variadas DI;

P.28: Cursos, palestras, encontros com os demais docentes;

P.19: Valorização dos professores que atuam na EJA Interventiva e outras áreas especiais.

Percebemos que as necessidades formativas são apresentadas como lacunas em sua formação, indicando a necessidade de capacitação para a sua atuação, para melhor capacitá-los a atender as demandas provenientes da realidade do dia a dia escolar. Para Araújo (2007), as necessidades de formação do docente são manifestadas em sua prática cotidiana na sala de aula frente a seus alunos. Nesse sentido, percebemos que, com as necessidades surgindo no decorrer da atuação, é importante que os docentes sejam ouvidos, para que os órgãos competentes conheçam acerca das necessidades recorrentes dentro do Projeto.

III) Inserção no Mercado de Trabalho

No tópico relacionado à vida profissional do aluno, percebemos uma preocupação dos docentes de que os alunos sejam capacitados para futuros caminhos profissionais, tornando-os mais capazes de se colocarem no mercado de trabalho, o que pode ser notado nas seguintes falas.

P.4: Buscar envolvimento com mercado de trabalho para os alunos da modalidade;

P.41: Gostaria que fosse possível uma intermediação com possíveis ofertas e/ou cursos que possibilitassem o aprimoramento dessas habilidades. Sinto-me limitada também para ajudar um aluno que não vislumbra continuidade acadêmica, mas também ainda não se identificou com alguma atividade que possa redundar em sua inserção no mundo do trabalho. Sei que há uma oferta de cursos para alunos especiais no Ensino Técnico, entretanto a matrícula é para estudantes contemplados em sorteio.

Conforme destacado no Projeto Político Pedagógico (DISTRITO FEDERAL, 2017), a EJA Interventiva busca proporcionar formas que visam a inserção desse aluno no mercado de trabalho, em escolas técnicas, e busca oferecer cursos pelo Pronatec/MEC. Ou seja, além das ações pedagógicas que atendam às suas necessidades educacionais, busca capacitá-los para que possam se inserir no mercado de trabalho. No entanto, percebemos que essas ações

necessitam de maior planejamento e aprimoramento que vai além do trabalho do professor na sala de aula.

IV) Divulgação e Maiores parcerias

Outro aspecto apresentado pelos professores do EJA Interventiva foi a questão da divulgação e parcerias, fato que se faz necessário e que auxilia no maior conhecimento do contexto de trabalho em diferentes aspectos. Alguns professores destacaram essa necessidade como fundamental para um melhor trabalho nessa modalidade de ensino.

P.9: Divulgação, conscientização e fortalecimento da EJA Interventiva no ambiente escolar;

P.16: Maior publicidade e inserção do 3º segmento;

P.30: Divulgação;

P.35: Busca ativa dos alunos;

P.39: Maior oferta de cursos específicos dessa área;

P.31: No meu pensar, deveria em todas as escolas do DF de ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental II e Médio ofertar a EJA nas escolas.

P.40: Que haja mais divulgação nas mídias.

Conforme os relatos, acreditamos que esta seja uma prática importante, em que uma maior divulgação poderia levar a maiores e melhores parcerias para o desenvolvimento de projetos de ensino para essa modalidade educacional, proporcionando melhores condições para o aprimoramento dos atendimentos ao público.

V) Infraestrutura e Ampliação da Modalidade

Na última categoria apresentada, é possível verificar algumas sugestões apontadas pelos professores como primordiais para que se tenham resultados mais positivos com relação ao ensino de alunos inseridos na modalidade EJA Interventiva.

P.18: Material adequado pra trabalhar com s turmas;

P.20: Oferecimento do 3º segmento no formato de cursos técnicos ou profissionalizantes;

P.22: Ofertar para o ensino Médio;

P.25: Ampliação das turmas da EJA Interventiva 2º Segmento;

P.29: É necessário que haja maior número de monitores e/ou professores para aumentar a qualidade do serviço prestado ao público;

P.32: Ter o 3º Segmento. Menos estudantes por turma;

P.33: Melhorar o ambiente da sala de aula e disponibilizar mais materiais de uso didático;

P.36: Motivação e trabalhar mais oficinas com os alunos;

P.37: Mais espaços físicos e material didático;

P.38: É urgente a necessidade de criar a EJA Interventiva 3º Segmento, para que os estudantes da 8ª Etapa deem continuidade ao processo de escolarização, concluindo o Ensino Médio com as adequações necessárias.

Percebemos, a partir das falas dos docentes, que a necessidade de ampliação das turmas é algo praticamente unânime entre eles e que, conseqüentemente, está ligada à melhoria e ampliação das salas, o que também irá acarretar a necessidade de um número maior de profissionais para o atendimento. Corroborando com o mencionado, Lopes e Capellini (2015) destacam que a acessibilidade física é um elemento primordial para que seja de fato legitimada a inclusão educacional, sendo que é de sua natureza a garantia do acesso dos alunos, em seus distintos meios, de modo a ser facilitador da participação de todos nas atividades escolares, visando autonomia e segurança. Ainda segundo as autoras, a acessibilidade física está relacionada na remoção de barreiras para que se tenha acesso aos diferentes locais da escola.

Nesse mesmo sentido, Satyro e Soares (2007) mencionam que a escassez de infraestrutura escolar, como falta de instalações adequadas, inexistência de espaços como bibliotecas, laboratórios, meios esportivos, acesso reduzido a materiais didáticos e para leitura podem influenciar de forma direta no desempenho dos alunos, bem como no desempenho do trabalho do docente.

Logo, o que se revela com a análise deste tópico é que, seja no âmbito da modalidade EJA Interventiva ou não, as melhorias e adequações são pertinentes e quando se fala em atendimento inclusivo, há que se considerar sua grande necessidade e relevância, sendo este um direito previsto em lei.

Ressalte-se, aqui, outros pontos que também foram apresentados pelos docentes como sugestões de aprimoramento e que não se encaixaram nas categorias mencionadas anteriormente, tais como: falta de maior atenção a essas turmas; necessidade de que os estudos de casos sejam feitos de modo mais criterioso; necessidade de Atendimentos Educacionais Especializados para esses alunos; parcerias em projetos interdisciplinares e a atuação conjunta ao Ensino Regular; o modo de divisão do ano letivo para que seja da forma ocorrente no regular e que os alunos curse somente em uma etapa, levando em consideração a dificuldade de aprendizado de alguns alunos.

Diante do estudo da questão selecionada, pudemos observar que as sugestões dos docentes participantes foram bem diversificadas e que trouxeram boas ideias para o aprimoramento dessa modalidade de ensino. Dentre as respostas, é possível constatar que a EJA Interventiva é tida como uma interface da Educação de Jovens e Adultos – EJA com a Educação Inclusiva – EI, e apresenta-se como uma importante alternativa na continuidade de estudos e no desenvolvimento desses estudantes. Por isso, é necessário que essa modalidade seja alvo de estudo que favoreçam seu aprimoramento na busca de melhores condições de ensino para esse público.

Considerações finais

No presente artigo, procuramos analisar as sugestões de professores atuantes na EJA Interventiva com vistas a busca de caminhos que levem melhoria no ensino dessa modalidade.

Dentre as sugestões apresentadas pelos professores para o aprimoramento e o maior sucesso dessa modalidade, destacamos a necessidade de formação continuada dos profissionais que atuam na EJA Interventiva, a maior visibilidade da modalidade e um maior número de docentes com vistas a ampliação do atendimento. Isso, certamente, possibilitará melhores resultados e a oferta de ensino com maior qualidade, favorecendo o desenvolvimento acadêmico e social do aluno e, conseqüentemente, sua participação mais ativa na sociedade.

Assim, essa pesquisa possibilitou-nos conhecer um pouco sobre o olhar dos professores com relação às melhorias que se fazem necessárias para o aprimoramento da EJA Interventiva. Consideramos que a visão desses professores é de fundamental importância devido à vivência nessa modalidade nova e, por isso, pouco conhecida. Esses professores a olham de um lugar privilegiado que lhes permite observar o que realmente acontece além das políticas públicas gestadas em gabinetes, permitindo-lhes também que façam críticas e apontem caminho com vistas ao sucesso da inclusão desse público específico da Educação de Jovens e Adultos.

Referências

ARAÚJO, Márcia Eliana M. **Um estudo sobre as necessidades formativas dos professores de filosofia na rede estadual de ensino médio da cidade de Santa Maria.** 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, TS, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23848>. Acesso em: 11 maio 2022.

BARBOSA, Vânia de Sousa; FRANCO, Elize Keller. Projeto EJA Interventiva: Contribuições Para As Práticas E Políticas Curriculares Inclusivas. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 15, n. esp. 3, p. 2446-2470, nov. 2020. E-ISSN: 1982-5587 DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.144512446>

BARCELOS, Valdo. **Avaliação na Educação de Jovens e Adultos: Uma proposta solidária e cooperativa.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/53667><https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/53667>. Acesso em: 12 maio 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

CAMPOS, Juliane A. Paula Perez; DUARTE, Márcia. O aluno com deficiência na EJA: reflexões sobre o atendimento educacional especializado a partir do relato de uma professora da educação especial. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 217-284, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 12 maio 2022.

CRUZ, Daniel Santos. **Um olhar sobre as tecnologias como apoio no contexto da Educação de Jovens e Adultos**: EJA Interventiva do Distrito Federal. 2020. 222 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos – 2014/2017**. Brasília, DF: SEEDF, 2014

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 2. ed. Brasília, DF: SEEDF, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político-Pedagógico do CEF 01 de Planaltina – Versão 2017**. Brasília: SEEDF, 2017.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Educação Básica. **Circular n. 42/2021 - SEE/SUBEB**. Brasília-DF, 25 jun. 2021.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Conclusão da escolaridade de alunos com deficiência intelectual matriculados na Educação de Jovens e Adultos. **Revista de Educação PUC-Campinas**. Campinas, v. 2, n. 22, p. 317-330, maio/ago. 2017. DOI: <http://doi.org/10.24220/2318-0870v22n2a3610>

GUALDA, Dulce. Maria. Rosa; MERIGHI, Miriam. Aparecida. Barbosa; OLIVEIRA, Sonia. Maria. Junqueira Vasconcelos. Abordagens qualitativas: sua contribuição para a enfermagem. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 29, n. 3, p. 297-309, dez. 1995.

LOPES, Jéssica Fernanda; CAPELLINI, Lúcia Messias Fialho. Escola Inclusiva: um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os alunos com e sem deficiência. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, ano 12, v. 19, n. 42, p. 91-105, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/12832/8891>. Acesso em: 10 maio 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência de Educação, Departamento de Educação Especial. **Inclusão e Diversidade**: Reflexões para a Construção do Projeto Político-Pedagógico., 2010. Disponível em: www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/inclusao_diversidade.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, v. 29, v. 4, p. 318-325, ago. 1995. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-154534>. Acesso em: 30 set. 2022.

SAMPAIO, Lucinete Teixeira dos Santos. **Estudantes com Deficiência e EJA-Interventiva**: a subjetividade social em foco. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -

Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/40553> Acesso em: 23 maio 2022.

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. (2007). **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: Um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília, DF: Ipea, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/Mn6nQZYbCQwFgRv9L3XGHzk/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 11 maio 2022.

TERRA, Ricardo Nogueira; GOMES, Claudia Gomes. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, n. 26, n. 45, p. 109-123, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128573008.pdf> . Acesso em: 11 maio 2022.

